







ATA - Reunião Ordinária do Comitê Técnico em conjunto com o Conselho Participativo Microrregião Centro-Litoral (MRAE-1)

Aos quinze dias do mês de julho de 2024, segunda-feira, às 13h30, por meio de videoconferência na plataforma Teams, realizou-se a Reunião Ordinária do Comitê Técnico em conjunto com o Conselho Participativo da Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Litoral (MRAE-1), com a seguinte ordem do dia:

- 1. Planejamento de Ações para o atendimento em Saneamento Rural.
- 2. Atualizações sobre o Conselho Participativo da Microrregião Centro-Litoral Posse dos indicados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- 3. Assuntos gerais.

Presencialmente, a mesa foi composta por Márcia de Oliveira de Amorim, Secretária-Geral das Microrregiões e representante do Governo do Estado; Ana Carolina da Silva, membro do comitê técnico e representante do Estado; Geraldo Luiz Farias, representante do Paranacidade; e Rafael Azevedo Perich, membro do Conselho Participativo indicado pela Assembleia Legislativa.

Virtualmente, estiveram presentes Camila Pontara, representante do Governo do Estado; Camila Vitória Nascimento e João Roberto Barros Maceno Silva, representando o município de Paranaguá; Ibson Gabriel Martins de Campos, representando o município de Curitiba; Jean Victor Cordeiro, representando o município de Araucária; Antônio Carlos Gerardi, Samara Gislaine Pereira, Willyan Viana Barboza, Andressa Alves de Campos, Letícia Codagnone Ferreira Raymundo, juntamente com Reginaldo Guimarães, suplente do Sr. Kassio Pereira, todos membros do Conselho Participativo da MRAE-1.

A reunião foi iniciada com a comunicação da Secretária-Geral, Márcia de Oliveira de Amorim, informando que esta sessão do Comitê Técnico ocorreria conjuntamente com o Conselho Participativo. No entanto, as reuniões subsequentes estão planejadas para serem realizadas de









forma distinta. A Secretaria elaborará um cronograma para as reuniões separadas do Conselho Participativo, cujas deliberações serão posteriormente submetidas ao Comitê Técnico.

Seguiu-se para a leitura das pautas realizada pela Secretária, que cumprimentou todos os membros presentes. Por se tratar de uma apresentação dos membros do Comitê Técnico aos membros do Conselho Participativo, a Secretaria pediu que cada um se apresentasse aos demais.

Antônio Carlos Gerardi: Engenheiro civil, com carreira na Sanepar e atualmente diretor de saneamento e recursos hídricos na Prefeitura de Curitiba. Atuou em conselhos e comitês de bacia, além de ser conselheiro na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. A secretária agradece ao senhor Antônio Gerardi por suas palavras e sua participação no conselho e admite ter certeza de que a expertise do conselheiro será muito bem aproveitada.

Samara Gislaine Pereira: Indicou que atua na Secretaria de Meio Ambiente de Tijucas do Sul. Willyan Viana Barbosa: Engenheiro civil de Piên, acompanhou visitas técnicas no município. Letícia Codagnone Ferreira Raymundo: Do gabinete da deputada Marcia Huçulak, atua no bloco parlamentar temático da saúde na Assembleia Legislativa. Tem 30 anos de serviço público e é mestre em planejamento e governança pública, além de especialista em gestão estratégica e cidades inteligentes.

Rafael Azevedo Perich: Participou presencialmente, é mestre e doutorando em ciência política, com experiência em políticas públicas e desastres.

Em seguida a Secretária apresentou os membros do Comitê Técnico:

Márcia de Oliveira Amorim: como Secretária Geral das Microrregiões e representante do Estado.

Ana Carolina da Silva: Parte do quadro da Secretaria das Cidades e membro do Comitê Técnico desde sua implantação.

Camila Pontara: Representante do Estado.

Jean Victor Cordeiro: Diretor de limpeza pública de Araucária.

Camila Vitória Nascimento: Engenheira ambiental da Prefeitura de Paranaguá, responsável por licenciamentos públicos e suporte técnico na Secretaria de Meio Ambiente.

Ibson Gabriel Martins de Campos: Engenheiro florestal representando Curitiba.









João Roberto Barros Maceno Silva: Biólogo da Secretaria de Meio Ambiente de Paranaguá, com foco na gestão de resíduos.

E por fim a secretária apresentou a equipe envolvida nas ações da Secretaria Geral das Microrregiões:

Andressa de Lima: Responsável pela assessoria e assistência das microrregiões.

Geraldo Luiz Farias: Analista de desenvolvimento municipal do Paranacidade, prestando apoio para a Secretaria das Microrregiões de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.

A Secretária-Geral, Márcia de Oliveira de Amorim apresentou o primeiro item da pauta, ela explicou que, de acordo com o Novo Marco Legal de Saneamento, não há metas estabelecidas para o saneamento rural, apenas para o urbano. No entanto, por solicitação do governador, que é municipalista e preocupado com todos os setores do estado, a Secretaria das Microrregiões, Sanepar, Assemae, IAT, e outros envolvidos, receberam a missão de unirem esforços para estender as metas de saneamento ao meio rural, visando uma melhoria significativa nesses municípios.

Márcia relatou que foram realizadas visitas técnicas e elaborado um planejamento de ações a serem executadas. Durante a visita ao município de Piên, acompanhada pelo Conselheiro Willyan Viana Barbosa, foram observadas as necessidades e expectativas da comunidade local, destacando a importância de um planejamento coeso envolvendo a comunidade em todas as etapas. A visita contou com o apoio da Sanepar, da prefeitura local e do IAT, ressaltando a relevância do engajamento coletivo para o sucesso das iniciativas de saneamento rural.

Durante a visita, a equipe foi cordialmente recebida pelo prefeito Maicon e sua equipe. No município de Piên, a Sanepar tem desempenhado um papel fundamental, e a comunidade de Campo Novo foi visitada para identificar de perto as necessidades e expectativas locais. Esse município, reconhecido como modelo em saneamento rural, destaca a eficácia de um planejamento que inclui a participação ativa da comunidade.









O sucesso do projeto depende da colaboração de múltiplos atores, incluindo a Sanepar, a prefeitura local, o Estado através do IAT, e agora a Secretaria das Microrregiões, para fortalecer esse engajamento. Mesmo com Piên avançado em suas iniciativas, o Estado permanece disponível para colaborar e aprimorar continuamente. A secretária relata que o objetivo é replicar as boas práticas de Piên em outros municípios, demonstrando que é possível alcançar resultados positivos a partir do zero. Destacou-se a importância de unir esforços e começar a desenvolver o saneamento rural em municípios que enfrentam maiores dificuldades.

Essa iniciativa é crucial para a conservação ambiental e a promoção da saúde pública, em destaque a significativa redução de doenças decorrentes de um saneamento adequado e do acesso à água potável, evidenciando o impacto positivo dos investimentos em saneamento.

A secretária Márcia relatou a interação com uma residente de Piên, que demonstrou grande satisfação por finalmente obter acesso à água tratada, após quase 30 anos de esforços contínuos. A dificuldade foi intensificada pelas extensas distâncias entre as residências, acesso limitado e terrenos acidentados. O êxito do projeto foi resultado do empenho colaborativo da Sanepar, Prefeitura, IAT e demais partes envolvidas. A comunidade de Piên expressa elevada satisfação com os resultados obtidos.

O Conselheiro Antônio Carlos Gerardi destacou a importância de discutir o caso de Piên, que faz parte do processo de Parceria Público-Privada (PPP) da Sanepar. Ele mencionou que a pauta inclui o atendimento das áreas de Trigolândia, Gramado, Campina dos Maias e soluções para esgotamento sanitário. Perguntou se essas questões foram abordadas.

A Secretaria informou que o tema específico não foi abordado na reunião. O Sr. Geraldo Luiz Farias acrescentou que atualmente está sendo executada a rede de esgotamento em Piên, partindo do Centro em direção a Trigolândia, que é um dos distritos de Piên.

O Conselheiro Gerardi completou, informando que a meta de atendimento para a região de Trigolândia é de 42% até 2025.

A Secretária Márcia apresentou o relatório da visita técnica realizada em Marechal Cândido Rondon, especificamente na Linha de Bandeirantes, que é reconhecida pela eficiência na gestão









de saneamento rural. Foi observado que a localidade possui sistemas bem mantidos de abastecimento de água e tratamento de esgoto. A comunidade local beneficia-se de serviços de alta qualidade que promovem o bem-estar da população e a preservação ambiental.

Ela explica que durante a visita, foram identificados modelos replicáveis que podem ser aplicados em outras localidades. Apesar dos desafios enfrentados, é possível alcançar resultados positivos através da replicação de práticas bem-sucedidas. Um exemplo disso é Piên, que já implementou um modelo de cobrança semelhante ao utilizado pela Sanepar. Nesse modelo, a medição é realizada por um dispositivo que calcula o valor a ser pago, com opções de pagamento via aplicativo ou lotéricas. Este sistema contribui para um controle eficiente, embora haja desafios relacionados à cobrança e à necessidade de conscientização da comunidade.

Após as visitas, a secretária Marcia complementa que iniciaram o planejamento de ações voltadas para o saneamento rural. O objetivo inicial dessas visitas técnicas foi avaliar municípios com boa estrutura e desenvolvimento na área. As próximas visitas se concentrarão em áreas com precárias condições ou inexistência de saneamento, com a finalidade de identificar dificuldades e fornecer boas práticas para alcançar melhorias.

Foram sugeridos novos municípios para visita, como Doutor Ulisses, Jaguariaíva e Entre Rios do Oeste, com abertura para sugestões adicionais por parte dos participantes.

O Sr. Geraldo complementou que, de acordo com a Lei Federal, as metas estabelecidas para tratamento de esgoto (90%) e abastecimento de água (99%) referem-se apenas a comunidades urbanas, conforme uma Resolução da Ana que será encaminhada para análise. O saneamento rural não está incluído nessas metas, e a orientação é buscar formas de atender as necessidades específicas dessas comunidades. Explica que atualmente não está sendo realizado um diagnóstico detalhado, mas há esforços para entender as condições atuais e desenvolver propostas abrangentes em colaboração com a Secretaria de Cidades, Secretaria das Microrregiões, IAT, IDR, Sanepar e companhias municipais autônomas.

A Secretária Márcia ressaltou que, embora o Novo Marco não aborde diretamente o saneamento rural, o Estado do Paraná está comprometido em trabalhar para avançar nesta área. Foi aberto



em momento oportuno.







Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Litoral – MRAE-1 Secretaria Geral espaço para contribuições dos participantes, que podem ser enviadas por e-mail ou apresentadas

Foi iniciado o segundo item da pauta, referente às atualizações sobre o Conselho Participativo da Microrregião Centro-Litoral (MRAE-1). A Secretária apresentou os representantes indicados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que são Andressa Alves de Campos; Henrique Natal da Silveira; Kassio Pereira; Letícia Codagnone Ferreira Raymundo; e Rafael Azevedo Perich.

A Secretária esclareceu que, conforme a Lei Complementar 237/2021, o Conselho Participativo é composto por seis representantes escolhidos pelo Colegiado Microrregional e cinco representantes indicados pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Os seis representantes do Colegiado Microrregional são Antônio Carlos Gerardi; Claudinei Hitnak; Cleber de Araújo Cezarino; Cristiani Bomkoski; Samara Gislaine Pereira; e Willyan Viana Barbosa.

Foi destacado que as reuniões do Conselho Participativo são infrequentes e que se procura realiza-las da forma mais ágil possível, tendo em vista a demanda dos participantes.

Ela explica brevemente as disposições gerais do Conselho Participativo conforme lei complementar 237/2021 e o regimento interno do colegiado microrregional da MRAE-1.

A Secretária forneceu uma visão geral das disposições do Conselho Participativo, conforme a Lei Complementar 237/2021 e o regimento interno do Colegiado Microrregional da MRAE-1. Explicou que, de acordo com o artigo 44 do Regimento Interno, o Conselho Participativo é um órgão permanente de controle social, com independência assegurada. Segundo o artigo 45, os mandatos dos membros têm duração de quatro anos, com prorrogação automática até a posse dos sucessores. Os mandatos iniciam-se a partir do primeiro dia do mês seguinte à Assembleia de Posse, que para os representantes escolhidos pelo Colegiado Microrregional foi a 8ª Assembleia Geral, ocorrida em 27 de maio de 2024. Para os indicados pela ALEP, os mandatos começam no primeiro dia do mês seguinte à data de recebimento do ofício da Assembleia Legislativa, datado de 12 de julho de 2024.









A Secretária informou que será realizada uma Assembleia de Posse para os indicados pela ALEP, a qual será comunicada aos membros. Destacou que, conforme o artigo 45 do regimento interno, os mandatos dos membros do Conselho Participativo não poderão ser alterados ou revogados, exceto em casos de substituição por suplentes em situações de impedimento temporário, renúncia ou outros motivos específicos. O artigo 47 do regimento interno prevê que o presidente do Conselho Participativo será eleito por seus pares para um mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição para um segundo mandato. Ela enfatiza que a questão da presidência será mais detalhada quando o regimento interno do Conselho Participativo estiver disponível, considerando que os artigos mencionados se referem ao regimento interno do Colegiado Microrregional, que já abordava essas questões para o Conselho Participativo.

O Sr. Geraldo complementou que o regimento do colegiado inicialmente apresentava a escolha dos membros e formas de eleição, e que, a partir disso, será gerado o Regimento Interno do Conselho Participativo, similar ao processo do regimento do Comitê Técnico.

A Secretária descreveu as atribuições do Conselho Participativo de acordo com o artigo 49 do regimento interno. O Conselho tem a responsabilidade de criar seu próprio regimento interno, em conformidade com as diretrizes estabelecidas, e de comunicar suas decisões e recomendações à Secretária-geral. Além disso, cabe ao Conselho elaborar propostas para apreciação das demais instâncias da Entidade Microrregional e analisar matérias relevantes antes que estas sejam deliberadas pelo Colegiado Microrregional.

O Conselho também deve propor a constituição de grupos de trabalho para a análise e debate de temas específicos e convocar audiências e consultas públicas sobre assuntos que estejam sob sua apreciação, conforme decisão do Colegiado Microrregional ou do Comitê Técnico.

Foi explicado que, conforme o artigo 10 da Lei Complementar 237/2021, são permitidas reuniões conjuntas entre o Comitê Técnico e o Conselho Participativo. Nessas reuniões, a participação é restrita aos membros do Conselho Participativo, que possuem direito a voz, e aos representantes designados para a discordância no Comitê Técnico. Já nas reuniões do Conselho Participativo, conforme o artigo 46 do regimento interno, cada membro tem direito a um voto, com exceção do presidente, que vota apenas em casos de empate.









A Secretária solicitou a manifestação dos membros quanto à aprovação do envio de uma minuta do Regimento Interno do Conselho Participativo para análise, debates e aprovação no prazo de trinta dias. Os membros manifestaram-se favoráveis à proposta da Secretária.

Ela também explicou que, normalmente, as reuniões do Comitê Técnico ocorrem conforme o calendário estabelecido, e que já está marcada a data da próxima Assembleia Geral. As pautas discutidas nas reuniões do Comitê Técnico são posteriormente apresentadas ao Colegiado Microrregional. A 9ª Assembleia Geral estava inicialmente agendada para 30 de julho de 2024, conforme o calendário ordinário, para atender ao cronograma exigido pelo Tribunal de Contas.

No entanto, a Secretária propôs adiar a Assembleia para a próxima data ordinária, agendada para 26 de novembro de 2024, devido ao período eleitoral. Ela observou que os participantes das Assembleias, como prefeitos e vice-prefeitos ou seus representantes designados por portaria, estão com agendas sobrecarregadas devido às eleições. A proposta é justificar ao Tribunal de Contas a alteração da data da Assembleia, uma vez que os assuntos a serem tratados não são de extrema urgência. A ideia é realizar uma Assembleia mais abrangente em novembro, com foco nas questões de saneamento rural e apresentações de experiências obtidas.

A Secretária solicitou a opinião e manifestação dos membros sobre a possibilidade de alterar a data da 9^a Assembleia Geral para 26 de novembro de 2024.

O Conselheiro Antônio Gerardi questionou se os membros indicados pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) precisam passar pela Assembleia do Colegiado Microrregional. Ele também perguntou se, caso a Assembleia ocorra em novembro, a análise do regimento interno nos próximos 30 dias pode ser realizada independentemente da posse dos novos membros.

A Conselheira Letícia Raymundo questionou se, do ponto de vista legal, a participação em ações antes da Assembleia de Posse é válida, considerando que a posse se dará formalmente na Assembleia. Ela perguntou se a aprovação do regimento interno e outras ações realizadas antes da Assembleia de Posse poderiam ser invalidadas posteriormente.









A Secretária respondeu que a Assembleia de Posse tem caráter simbólico para apresentar os novos membros ao Colegiado. No entanto, os mandatos dos membros indicados pela ALEP estarão oficialmente ativos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao recebimento do ofício pela ALEP, ou seja, a partir de 1º de agosto. A Secretária também mencionou a preocupação com a influência das eleições municipais nas visitas realizadas, destacando os modelos municipais de Piên e Marechal Cândido Rondon. Por esse motivo, optaram por adiar essas apresentações para novembro, após as eleições.

O Conselheiro Rafael Perich concordou que o adiamento seria uma justificativa adequada, considerando as circunstâncias.

A Secretária informou que a próxima reunião do Comitê Técnico está agendada para 4 de novembro de 2024. As datas para as reuniões do Conselho Participativo serão definidas antes da realização da próxima Assembleia.

Em seguida, passou-se para o último item de pauta, A Secretária apresentou as principais atualizações da Secretaria Geral das Microrregiões. Destacou que esta foi a terceira entrevista concedida para emissoras de TV, com a RPC em 28 de maio de 2024, na qual foi discutido o trabalho da Secretaria em relação às ações do Estado do Paraná para a prevenção de desastres climáticos. A Secretária mencionou também o estudo da Fundace, que já previa tais questões.

No dia 18 de junho de 2024, a Secretária participou de um ciclo de palestras e visitas técnicas na cidade de Foz do Iguaçu, em celebração ao mês do meio ambiente. Além disso, no dia 20 de junho de 2024, a Secretaria enviou o oficio 415/2024 aos municípios informando sobre a prorrogação dos prazos estabelecidos pela Agepar referentes ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental. A prorrogação foi concedida até maio de 2025, beneficiando os municípios que necessitam adequar a documentação. A Secretaria está oferecendo suporte a esses municípios, enviando modelos de documentos e auxiliando na obtenção dos recursos.

Em 25 de junho de 2024, a Secretária Marcia e o Senhor Geraldo participaram das Câmaras Técnicas CTNSAN, que abordaram temas relacionados ao saneamento básico e recursos









hídricos. No dia 26 de junho de 2024, foi realizada uma reunião envolvendo a Secretária, a Prefeitura de Colombo, a Sanepar e a Agepar. A Secretária utilizou esse encontro como um exemplo de como o município, ao enfrentar problemas ou demandas que não consegue resolver de forma autônoma, recorre à Secretaria. A Secretaria, por sua vez, está sempre disponível para recebê-los e oferecer assistência. Nesta reunião, todos os atores envolvidos foram convocados com o objetivo de alcançar um resultado positivo para o município.

No dia 11 de julho de 2024, a Secretária participou de uma reunião com a presidência do Instituto Água e Terra (IAT), representada pelo Senhor José Luiz Scroccaro, que já estava envolvido com os grupos de trabalho de saneamento antes de assumir a presidência. A Secretária destacou o apoio do IAT às iniciativas para o avanço do saneamento rural. Também no dia 11 de julho de 2024, a Secretária reuniu-se com a nova presidência da Sanepar, o Senhor Wilson Bley Lipski, para apresentar as ações realizadas pela Secretaria.

A Secretária informou aos membros que toda a documentação da Microrregião Centro-Litoral está disponível no site da Secretaria de Estado das Cidades. Este site inclui todas as ações realizadas pela Secretaria, como a aprovação do plano regional. Também estão disponíveis as atas de reuniões e assembleias, pautas de consultas públicas e o processo de instauração do Conselho Participativo.

A Secretária deixou o e-mail e telefone da Secretaria à disposição para qualquer dúvida. Agradeceu a todos os participantes, destacando o cuidado da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) e do Colegiado Microrregional na escolha dos representantes. Ela expressou satisfação com a qualidade das escolhas feitas, e parabenizou os membros pela excelente representação tanto no Conselho Participativo quanto no Comitê Técnico.

O senhor Ibson Campos expressou seu agradecimento, ressaltando a importância do trabalho colaborativo com a Secretária Márcia, o senhor Geraldo e os outros colegas. Ele mencionou sua experiência como superintendente da Secretaria, representando a Prefeitura de Curitiba, e destacou que acompanhou todo o processo desde o início, em colaboração com o prefeito Rafael Greca e o vice-prefeito Eduardo Pimentel.









Ressaltou que durante este período de transição, sobre a suspensão da Assembleia de 30 de julho, o senhor Campos considerou o adiamento da reunião como relevante e apropriado, dada a complexidade política atual. Ele também destacou o novo desafio que enfrenta ao assumir a Secretaria do Meio Ambiente, expressando satisfação em fazer parte da equipe e em dar continuidade ao trabalho da Secretaria. O senhor Campos afirmou que, embora houvesse preocupações iniciais sobre a possível perda de gestão direta com a Sanepar, essas preocupações não se concretizaram. Ele reconheceu que a administração atual tem conduzido a transição de forma positiva e acredita que a Secretaria das Microrregiões continuará desempenhando um papel crucial. Reiterou seu compromisso em contribuir para o avanço do processo de micro regionalização e expressou sua gratidão à Secretária Márcia, ao senhor Geraldo e à Secretária Camila. O senhor Campos também destacou a importância dos novos integrantes na contribuição para o processo de discussão e desenvolvimento da área.

A Secretaria reforça a diretriz estabelecida pelo governador, que visava assegurar que os municípios não perdessem sua autonomia. Reafirma-se que a autonomia municipal é preservada conforme as diretrizes estabelecidas. Ela agradeceu o ex-secretário e vice-prefeito Eduardo Pimentel, cuja contribuição foi fundamental para a implementação bem-sucedida das políticas. Atualmente, a Secretária Camila dá continuidade ao trabalho iniciado por Pimentel, mantendo o mesmo nível de empenho e comprometimento. Camila, com sua vasta experiência adquirida na liderança do Paranacidade, continua a promover o alinhamento com as necessidades dos municípios, incentivando e motivando a equipe a manter o foco nas questões municipais. Sua atuação tem sido crucial para a coesão e o progresso contínuo dos esforços conjuntos.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Secretária-Geral agradeceu a presença e a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

Eu, Márcia de Oliveira de Amorim, como Secretária-Geral de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Litoral (MRAE-1), declaro e firmo lavrada a presente ata.

Márcia de Oliveira de Amorim

Secretária Geral da Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná Centro-Litoral MRAE-1